



RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES LOCAIS EM APLS SERGIPANOS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS AGENTES ECONÔMICOS

**Aline de Aragão Zambrana¹
Rivanda Meira Teixeira²**

Resumo

Em um arranjo produtivo local (APL), as instituições de suporte fornecem um conjunto de serviços que contribuem na promoção da competitividade das empresas. Sob o ponto de vista dos agentes econômicos de dois arranjos produtivos locais sergipanos – um de cerâmica vermelha e outro de confecções –, este estudo centra-se em investigar a relação entre empresas e instituições locais. Utilizando entrevistas qualitativas, o estudo revela que as garantias e condições exigidas pelas entidades financeiras para concessão de crédito são motivo de descontentamento no relacionamento. No APL de cerâmica vermelha do Baixo São Francisco, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) tem desempenhado um papel de liderança no processo de desenvolvimento local com base na inovação. A formalização de um convênio de cooperação técnica com a instituição tem possibilitado uma maior proximidade entre os atores. Por sua vez, o Sebrae tem mantido uma relação mais forte com as empresas do APL de confecções de Itabaianinha, contribuindo para a qualificação da mão de obra local e estimulando a competitividade.

Recebimento: 2/10/2015 • Aceite: 22/11/2016

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais pela Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE. E-mail: alinedearagao@hotmail.com

² Doutora em Administração pela Cranfield University. Docente da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: rivandateixeira@gmail.com

Palavras-chave: Arranjos produtivos locais; Instituições; Relações interorganizacionais

RELATIONS BETWEEN COMPANIES AND LOCAL INSTITUTIONS IN CLUSTERS OF SERGIPE (BRAZIL): AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF ECONOMIC AGENTS

Abstract

In a cluster, the supporting institutions provide a set of services that contributes to the promotion of companies' competitiveness. From the point of view of economic agents of two local clusters in Sergipe (Brazil)– clothing and red clay– this study focuses on investigating the relations between companies and these institutions. Through the use of qualitative interviews, the study shows that the guarantees and conditions required by financial institutions for lending are discontent reason in the relationship. In the red clay cluster from the Lower São Francisco, the Federal University of Sergipe has played a leading role in the local development process based on innovation. The formalization of a technical cooperation agreement with the institution has enabled a greater closeness between actors. In turn, Sebrae has kept a stronger relationship with the companies of the clothing cluster from Itabaianinha, thus contributing to the qualification of the local workforce and encouraging competitiveness.

Keywords: Clusters; Institutions; Interorganizational relations

Introdução

Nos últimos vinte anos, a atenção sobre o potencial de empresas aglomeradas geograficamente tem aumentado de maneira drástica (MCCANN; FOLTA, 2009). Enquanto as primeiras pesquisas foram realizadas, de forma predominante, por estudiosos de desenvolvimento regional e geógrafos econômicos, os estudiosos de estratégia recentemente interessados na temática começaram a examinar como as aglomerações influenciam o desempenho da empresa (DIEZ-VIAL, 2011; KUKALIS, 2010).

A abordagem “arranjos produtivos locais” (APL) inclui não apenas empresas especializadas, mas também um conjunto de instituições locais, que são fundamentais para a competitividade das empresas do APL (MARTINEZ-CHÁFER; CAPÓ-VICEDO; MOLINA-MORALES, 2011). Argumenta-se que além das economias externas que surgem naturalmente nas aglomerações, as empresas podem beneficiar-se de relações com instituições locais de apoio orientadas para satisfazer às necessidades específicas dos participantes da aglomeração (KARAEV; KOH; SZAMOSI, 2007).

As instituições contribuem para a redução da incerteza e a criação de canais de interação imprescindíveis à criação e absorção de conhecimento/tecnologia pelas empresas (MOUTINHO; CAMPOS, 2007). Amaral Filho (2002) ressalta a importância da “articulação político-institucional” no fomento do capital social e na formatação da sistemática de governança, conscientizando gradualmente o empresariado sobre as vantagens do desenvolvimento de estratégias conjuntas e articuladas (LIMA; LIMA; MATTA, 2005). Evidências empíricas relacionam o grau de envolvimento de empresas com instituições locais à inovação (MOLINA-MORLAES; MAS-VERDÚ, 2008), à capacidade competitiva (MCEVILY; ZAHEER, 1999), ao aprendizado coletivo e *networking* entre empresas (KEEBLE et al., 1999) e ao aumento da taxa de sobrevivência das empresas (BAUM; OLIVER, 1991).

Nesse contexto, o estudo propõe analisar, sob a ótica dos agentes econômicos, a relação com instituições locais em dois APLs em duas indústrias distintas: de confecções e de cerâmica vermelha.

O artigo está estruturado em quatro partes além desta introdução. A próxima seção apresenta o referencial teórico do estudo, focando na literatura sobre arranjos produtivos locais e instituições de suporte a empresas localizadas em APLs (Seção 2). A seção seguinte descreve a metodologia utilizada na pesquisa (Seção 3). A quarta seção apresenta as evidências empíricas e a discussão dos resultados. Na

quinta seção são dados contornos finais à discussão, retomando o objetivo proposto e as principais conclusões que podem ser extraídas do estudo.

Arranjos produtivos locais (APL)

Há mais de uma década, diversas ações de apoio a atividades produtivas com foco no território passaram a orientar-se a partir da noção de arranjos produtivos locais – APLs (GARCEZ et al., 2010). Nesta abordagem as pequenas empresas são os motores do dinamismo econômico e as políticas públicas de fomento estão voltadas a grupos de empresas e não à empresa individual (VARGAS, 2002).

Os APLs são definidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). O conceito faz referência às aglomerações produtivas cujas articulações entre os agentes não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-las como sistemas (Redesist). Tem sua origem relacionada aos distritos industriais de Marshall (1920), contudo, a denominação brasileira possui características próprias relacionadas à confiança, cultura, solidariedade, desenvolvimento social e evolução local (CUNHA, 2008).

Em um sentido mais amplo, os APLs são resultado de um processo histórico e social único e irrepetível que forja a organização institucional local, contextos sociais e culturais, estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, logística, associativismo, cooperação entre os agentes, formas de aprendizado e grau de difusão do conhecimento especializado local (SUZIGAN et al., 2003; MOUTINHO; CAMPOS, 2007).

Estima-se que em 2011 havia 1.600 APLs em todo o território brasileiro (SEBRAE, 2011). Em Sergipe, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL-SE) identificou 17: pecuária do leite, confecções e artesanato de bordado, piscicultura, ovinocaprinocultura, fruticultura, apicultura, mandiocultura, tecnologia da informação, cerâmica vermelha, petróleo e gás, artesanato de cerâmica, artefatos de madeiras e móveis, carroceria, rizicultura, citricultura, carcinicultura e saúde. Dez deles são indicados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – órgão que coordena a política dos APLs em nível federal –, como alvo prioritário de políticas públicas.

Instituições locais

Além de as empresas estarem inseridas em uma rede de relações, elas também estão integradas em um conjunto mais amplo de vínculos regionais. Em aglomerações geográficas, especificamente, uma característica importante da infraestrutura local são as instituições regionais/locais (MCEVILY; ZAHEER, 1999).

Molina-Morales e Martínez-Fernández (2004) definem as instituições locais como organizações de caráter local (públicas e privadas) que oferecem uma gama de serviços de apoio coletivo para empresas na aglomeração ou na região. Podem assumir diversas configurações, como centros de assistência técnica, universidades, centros de formação profissional, institutos de pesquisa locais, agentes de política industrial e de comércio e associações profissionais.

Estas instituições atuam com repositório de conhecimentos e oportunidades acerca das capacidades competitivas, uma vez que interatuam com um número relativamente grande de empresas na aglomeração e estão expostas a uma ampla variedade de soluções aos problemas tipicamente enfrentados pelas empresas em uma região (MCEVILY; ZAHEER, 1999).

Há um entendimento crescente de que a dependência excessiva de fontes locais de conhecimento pode ser prejudicial para a aprendizagem e inovação interativas: quando a aglomeração torna-se excessivamente fechada em si mesma, a habilidade de aprender pode ser enfraquecida a tal ponto que as empresas perdem sua capacidade de inovação e tornam-se incapazes de responder a novos desenvolvimentos (BOSCHMA; TER WAL, 2007). Nesta perspectiva, as instituições, por meio de suas redes inter e intrarregionais, são capazes de alimentar o arranjo com novas ideias e conceitos que são refinados de forma contínua por causa da redundância interna de laços entre os agentes (MOLINA-MORALES; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, 2004). As instituições atuam como *gatekeepers*, traduzindo o conhecimento produzido fora do APL em uma forma que possa ser entendida dentro dele – por empresas para as quais é particularmente valioso (BATHELT; MALMBERG; MASKELL, 2004).

Ao estabelecerem vínculos com instituições, as organizações sinalizam a adesão a prescrições institucionais de conduta adequada e, assim, obtêm recompensas que contribuem para sua sobrevivência (BAUM; OLIVER, 1991). Estas recompensas incluem maior legitimidade e *status*, que facilitam a aquisição de recursos, abstêm a empresa de questionamentos sobre sua competência para fornecer

produtos e serviços específicos (OLIVER, 1990) e aumentam o poder de atração de clientes.

Pesquisas anteriores têm fornecido evidências do impacto positivo das relações com instituições locais no desenvolvimento das empresas. Molina-Morales e Mas-Verdú (2008), por exemplo, comprovaram que o grau de envolvimento da empresa com as instituições locais está associado positivamente com seu nível de inovação. Keeble et al. (1999) encontraram evidências da importância das universidades e de outras agências de apoio e formação no auxílio ao aprendizado coletivo e *networking* entre empresas. Outros estudos demonstraram uma relação positiva entre a participação em instituições regionais e a assimilação de capacidade competitiva (MCEVILY; ZAHEER, 1999).

As instituições desempenham diferentes papéis nos APLs. As universidades facilitam a transmissão de conhecimento, particularmente complexo e tácito, entre acadêmicos e cientistas das indústrias (ANTONELLI, 2000). Ademais, as colaborações de pesquisa universidade-indústria são passíveis de gerar *spillovers* tecnológicos e incrementar a capacidade de absorção de novos conhecimentos por parte das empresas (BISHOP; D'ESTE; NEELY, 2011). De uma forma mais ampla, as instituições públicas de pesquisa podem auxiliar as empresas do arranjo a contornar forças disfuncionais de inércia coletiva e, portanto, ter um papel importante no sentido de facilitar a abertura necessária para desenvolver novos conhecimentos e inovação (EISINGERICH; BELL; TRACEY, 2010).

A atuação governamental é fundamental para o desenvolvimento dos APLs. De acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004), em primeiro lugar, o governo provê infraestrutura que suporte o crescimento dos APLs e apoia o ensino e treinamento de mão de obra e as atividades de centros de pesquisa e desenvolvimento. Segundo, financia investimentos cooperativos que permitam aos empresários atingir escalas às quais não tinham acesso individualmente e, assim, oferecer serviços especializados antes não disponíveis no APL. Terceiro, realiza investimentos públicos que gerem externalidades importantes para o APL e que por falta de lucratividade não são viáveis para os empresários. Os governos ainda podem atuar como interlocutores, estruturadores e razão de aperfeiçoamento de entidades representativas dos empresários de modo que funcionem como impulsores da cooperação e do investimento coletivo (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004) e como catalisadores ou mediadores das ações e estratégias em prol da construção de estruturas de governança

e de articulação adequadas à inserção das empresas de pequeno porte (SCHMITZ, 1999).

Alguns autores apontam que a articulação com instituições de apoio de caráter estatal e paraestatal, tais como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional da Indústria (Senai), os Institutos de Pesquisas Tecnológicas (IPTs), permite às empresas aglomeradas dispor de infraestruturas de apoio à melhoria de qualidade dos produtos; capacitação de recursos humanos por meio de treinamentos e especialização profissional; e disseminação de técnicas de gestão e de tecnologias (NARETTO; BOTELHO; MENDONÇA, 2004).

De forma especial, as associações profissionais podem desempenhar o papel de facilitar relações de confiança e difusão de informações. Por um lado, as interações sociais entre os atores espacialmente próximos em associações podem motivar o aprofundamento das relações ou formação de novas ligações. Por outro lado, como a confiança dos parceiros aumenta, a troca contínua cria novas oportunidades para a cooperação com o emprego eficaz de uma maior variedade de recursos estratégicos e complementares (MESQUITA, 2007).

Método de pesquisa

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória (EISENHARDT, 1989), multicaso. Optou-se por métodos qualitativos, pois permitem ao pesquisador aproximar-se da unidade de análise (COVIELLO, 2005) e descobrir novas variáveis e relações, revelar e compreender processos complexos, ilustrar a relevância do contexto social e ajudar com o desenvolvimento da teoria que se baseia nas experiências daqueles que vivem com e criam os fenômenos (SHAH; CORLEY, 2006).

Os dados primários foram reunidos a partir de entrevistas, utilizando um questionário semiestruturado com perguntas abertas que possibilitam aos entrevistados apresentar suas opiniões. Posteriormente, procedeu-se a análise textual das transcrições de entrevistas realizadas. Solicitou-se que os entrevistados avaliassem o seu relacionamento com as instituições.

No total foram entrevistados nove empresários e dois presidentes de associação de empresas, sendo, portanto seis agentes do APL de Confecções de Itabaianinha e cinco do APL de Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco – menor APL analisado em termos de número de empresas aglomeradas. O quadro 1 apresenta a lista de

empresários entrevistados por APL, bem como seu perfil: ano de fundação, número de funcionários, entre formais e informais, linha de produtos e principais mercados atendidos.

Quadro 1: Perfil dos agentes econômicos entrevistados por APL

APL	Agente econômico	Ano de fundação	Número de funcionários (formais e informais)	Linha de produtos	Principais mercados atendidos
Cerâmica Vermelha Baixo São Francisco	AGE 1	2009	48	Blocos	Alagoas
	AGE 2	1999	32	Blocos e lajotas	Sergipe e Alagoas
	AGE 3	2001	18	Blocos	Alagoas
	AGE 4	1995	64	Blocos e lajotas	Sergipe e Alagoas
Confecções Itabaianinha	AGE 1	2005	35	Modinha feminina	Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco
	AGE 2	2008	12	Modinha infantil e básica	Bahia, São Paulo e Pará
	AGE 3	2005	17	Moda íntima feminina	Sergipe
	AGE 4	2006	19	Moda masculina e íntima	Nordeste, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro
	AGE 5	2010	24	Moda masculina	São Paulo e Pará

Fonte: Resultados da Pesquisa

O quadro 2 lista as entidades representativas que participaram da pesquisa, bem como o ano de fundação e número de associados.

Quadro 2: Perfil das entidades representativas que participaram da pesquisa

APL	Agente institucional	Entidade representativa	Ano de fundação	Número de associados
Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco	AGI 1	Instituto Pró-Cerâmica – IPC	2005	10
Confecções Itabaianinha	AGI 1	Associação da Confecção do Município de Itabaianinha – ASK	2006	65

Fonte: Resultados da Pesquisa

Atualmente existem instituições de ensino e pesquisa, entidades financeiras, órgãos do governo estadual, associações empresariais e sistema S que desenvolvem ações nos APLs nas áreas de capacitação, crédito, divulgação e aprimoramento da governança. Foram selecionadas as instituições que estão presentes nos dois APLs selecionados, de modo a possibilitar a análise cruzada de casos (*cross-case analysis*). O estudo conduziu este tipo de análise a fim de identificar semelhanças e diferenças na avaliação das instituições selecionadas. A análise cruzada de casos é um método de pesquisa que facilita a comparação de eventos, atividades e processos que são as unidades de análise em estudos de caso (KHAN; VANWYNSBERGHE, 2008).

Em Sergipe foram identificados dezessete APLs, dos quais dez foram priorizados pelo estado de Sergipe junto ao MDIC, quais sejam: apicultura, cerâmica vermelha, confecções e artesanato de bordado, fruticultura (mangaba), mandiocultura, ovinocaprinocultura, pecuária de leite e derivados, petróleo e gás, piscicultura, e tecnologia da informação.

Alguns critérios foram utilizados na seleção dos casos que foram analisados neste estudo: a) ser significativo para o(s) município(s) onde está(ão) inseridos; b) volume de recursos investidos no APL direta ou indiretamente pelo conjunto das instituições de apoio; c) existência de relações entre empresas e instituições de apoio.

Em função destes critérios foram escolhidos dois APLs sergipanos: o APL de Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco, e o APL de Confecções de Itabaianinha.

O APL de Cerâmica Vermelha tem dado importante contribuição no desenvolvimento econômico dos territórios onde está inserido. Além disso, ao contrário do que ocorre em outros APLs, o conjunto de ceramistas está organizado em torno de uma associação o que tem possibilitado maior aproximação e interação com instituições locais com o objetivo de ter atendidas suas demandas.

O APL de Confecções do município de Itabaianinha concentra atualmente o maior número de confecções do estado de Sergipe, advindo de uma fábrica de médio porte que se instalou na região e proporcionou o desenvolvimento da atividade. Ademais, tem recebido considerável atenção de órgãos estaduais e instituições locais, no que diz respeito a capacitações, cessão de equipamentos e formalização de negócios, demonstrando grande interação com instituições locais.

Apresentação e análise dos casos

APL de cerâmica vermelha do Baixo São Francisco

Caracterização APL

O APL compreende empresas de quatro municípios: Propriá, Santana do São Francisco, Telha e Neópolis, todos localizados na região do Baixo São Francisco Sergipano. Possui doze indústrias cerâmicas formais, compreendendo, segundo critérios de classificação do Sebrae, 58% de micro e 42% de pequenas empresas. De acordo com o presidente do Instituto Pró-Cerâmica (IPC), a atividade cerâmica tem cerca de 25 anos na cidade de Neópolis e aproximadamente 20 anos nos municípios de Santana do São Francisco, Telha e Propriá.

Especializado na fabricação de produtos para construção civil, o APL tem no bloco seu principal produto. Produz, em média, cinco milhões de peças/mês, que são comercializadas nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, sendo 90% da produção destinada às Alagoas e os 10% remanescentes distribuídos em Sergipe e Pernambuco (informações IPC). O mercado atendido limita-se, portanto, ao local/regional.

O APL conta com o apoio de 15 (quinze) instituições responsáveis por prover capacitação profissional e técnica, em gestão e em organização de grupos (associativismo e cooperativismo), crédito, infraestrutura (prédios), equipamentos e instalações e apoio à comercialização. O quadro 3 apresenta em detalhes as instituições presentes no APL de de cerâmica vermelha do Baixo São Francisco e seus respectivos objetivos e formas de apoio.

Quadro 3: Instituições presentes no APL de Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco

Instituição	Funções/ Objetivos Gerais	Formas de Apoio
Banco do Nordeste (BNB)	Desenvolvimento/ Crédito.	Crédito, projetos de pesquisa e transferência de tecnologia, participação nos projetos.
Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	Satisfazer as necessidades de informações e serviços financeiros.	Financiamento através de linha de crédito.
Banco do Brasil (BB)	Impulsionar a economia e o desenvolvimento, atuando de forma responsável.	Linha de crédito, através do BB Giro APL.
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Capacitar, estimular e desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão relevantes à comunidade.	Ações de capacitação e desenvolvimento de projetos de pesquisas.
Instituto Tecnológico do Estado de Sergipe (ITPS)	Prestar serviços tecnológicos, de metrologia e de pesquisa para a sociedade sergipana.	A prestação de serviços, através da análise e consultoria.
Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE)	Fomento à pesquisa e inovação tecnológica.	Apoio a partir de projetos de pesquisa.
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Promover e consolidar a força empreendedora dos pequenos negócios.	Consultoria e assistência técnica.
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Contribuir para o desenvolvimento industrial do Estado.	Capacitação, ações de desenvolvimento tecnológico, serviços de laboratório e consultorias.
Instituto Euvaldo Lodi (IEL)	Promover a capacitação empresarial e interação entre empresas e centros de conhecimento.	Capacitação e Consultoria.
Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA)	Fiscalizar, licenciar e monitorar empreendimentos no estado de Sergipe.	Divulgação de informações sobre licenciamento na área ambiental.
Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)	Fomentar a geração de negócios.	Divulgação e análise de: Incentivos do PSDI, apoio técnico nos planos de ação, conscientização.
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)	Implementar programas e ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável.	Financiamento com investimento, crédito e assistência técnica e acesso de mercado.
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (SEDETEC)	Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável de todos os territórios do Estado.	Elaborar os PDs, articular e acompanhar as ações do Plano de Desenvolvimento do APL.
Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social de Sergipe (SETRAPIS)	Requalificação profissional e aproximação entre instituição e trabalhador	Qualificação profissional, comercialização dos produtos e intermediação financeira.
Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe (SEPLAN)	Contribuir no desenvolvimento sustentável do Estado	Agregação de valor aos produtos; e Capacitação em gestão.

Fonte: Hansen (2009)

Governo estadual

Atores privados e institucionais (institutos de pesquisa, universidades, instituições financeiras, associações comerciais e similares) têm importante papel no processo de aprendizagem e de mudanças técnicas das empresas locais (BELL; ALBU, 1999).

AGE 2 afirmou que possui boa relação com o governo: “No governo, existe uma boa interação com a Sedetec e abriu-se recentemente um canal de contato com a Adema [Administração Estadual do Meio-Ambiente]” (AGE 2). AGE 4 asseverou que a relação tem melhorado, especialmente com a secretaria estadual de agricultura, que em anos recentes concedeu área para exploração de eucalipto pelos ceramistas da região associados ao Instituto Pró-Cerâmica (associação de ceramistas da região).

Em contraste, AGE 3 disse que o relacionamento já foi mais estreito: “Nós tínhamos uma relação mais próxima com o governo, com pessoal da Codise [Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe], mas ultimamente...” (AGE 3)

AGE 2 ainda fez uma análise crítica do apoio concedido pelo governo à atividade de cerâmica do estado.

A maioria dos planejamentos [...] feitos pelo governo não [foi concretizada] porque necessita de dinheiro. Embora esse governo tenha sido o único a se preocupar com o setor cerâmico, o estado precisa fazer muito mais para dar melhores condições às indústrias do estado [para] se desenvolverem, crescerem, serem mais competitivas e colocarem um produto de melhor qualidade no mercado. (AGE 2).

Finalmente, o presidente da associação da região avaliou o governo indicando pontos passíveis de melhorias em suas ações:

Necessitamos de intervenção do estado para facilitação do crédito. Instituições que têm poder de polícia, que antes de multar, orientem. Os órgãos envolvidos na área mineral, como a Codise, deveriam ter uma atuação mais efetiva, e a Adema [deveria ser] mais solidária e se aproxim[ar] mais dos empresários para dar uma dinâmica maior ao setor. (AGI 1).

Governo municipal

Os resultados da pesquisa de campo evidenciam a inexistência de relacionamento com a prefeitura e sugerem que a atividade de cerâmica não tem sido prioridade do poder público municipal. Depreende-se dos relatos de AGE 4 que a prefeitura não tem sido capaz de suprir as necessidades básicas de infraestrutura do APL: “A prefeitura não sabe que a gente existe. Só mandam fiscais para cobrar IPTU e alvará. Água, aqui, só três dias por semana e durante uma hora. Esse distrito não funciona” (AGE 4).

Os relatos indicam que o governo municipal não tem provido o APL de infraestrutura que suporte seu crescimento (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004).

Universidade

Molina-Morales, Lopez-Navarro e Guia-Julve (2002) recomendam que as empresas desenvolvam laços estreitos com instituições locais por meio, por exemplo, de colaboração de pesquisa com departamentos das universidades a fim de ganhar acesso antecipado aos resultados de investigações em uma colaboração. Nesse sentido, percepções qualitativas recolhidas durante as entrevistas revelam que os agentes da região têm investido no estabelecimento de parcerias estratégicas com diversos departamentos da Universidade Federal de Sergipe. A fala de AGE 2 enumera algumas delas:

Estamos dando os primeiros passos com o departamento de engenharia florestal em um projeto de transformação da casca de coco em carvão vegetal. Na realidade, o carvão vegetal já existe; agora a universidade quer transformar o carvão em pó e, posteriormente, o pó em briquetes para utilização nas cerâmicas. Já com o departamento de Química a parceira é outra. Nós deixamos na universidade um óleo para que eles façam uma análise completa. A ideia é viabilizar seu uso na queima de nossos produtos. (AGE 2).

Em face do contexto energético atual, avanços tecnológicos que possibilitem a diversificação da matriz energética representam importantes vantagens competitivas para as empresas.

A cooperação universidade-empresa não representa apenas o melhoramento tecnológico de produtos/processos ou a criação de

inovações; significa também a transferência do conhecimento, por meio da qual ambas as partes poderão alcançar melhores resultados (SEGATTO-MENDES; MENDES, 2006). A partir da implantação de orientações recebidas pela universidade, as empresas do APL observaram importantes melhorias. “Nesse convênio com a UFS a gente conseguiu baixar custos com energia, água, mão de obra, matéria-prima, aumentar a produtividade. Nossa empresa melhorou bastante” (AGE 3).

Em virtude dos benefícios alcançados por seus pares, AGE 1, empresário instalado no município de Propriá há menos tempo, demonstrou interesse em abrir sua empresa para o desenvolvimento de projetos da universidade: “Uma estudante do Departamento de Engenharia Florestal me perguntou se eu poderia recebê-la na minha empresa. Eu disse que sim, e que, inclusive, pagaria o transporte e as diárias dela, porque é do meu interesse”.

Apesar dos benefícios alcançados, a relação com a universidade não está livre de insatisfações e divergências.

Sobre a universidade, eu posso dizer que está andando. Não está aquilo que nós queríamos, mas também não está aquém do necessário. Como é órgão público, para realizar qualquer coisa tem uma burocracia. Se quiser usar um veículo, tem que pedir com 10, 15 dias de antecedência e justificar para onde vai, o que vai fazer. (AGE 2).

Este resultado é consistente com estudos empíricos anteriores, que apresentam a burocracia nas universidades como uma das principais barreiras à cooperação universidade-empresa (SEGATTO-MENDES, 1996).

Outro ponto gerador de tensões na relação refere-se à escala de tempo para a conclusão de um projeto (CRUZ, 2000). A rapidez na conclusão é uma variável essencial do ponto de vista empresarial. A fala de AGE 3 confirma isso:

Nesse projeto com a universidade, o pessoal levava determinada argila para fazer análise nos laboratórios da universidade. Mas quando o resultado da análise vinha, eu já não tinha mais aquela argila. Aí não tinha mais o que fazer, entendeu? Não tem como eu corrigir o problema que eu tenho. A quantidade de matéria-prima que a gente usa é muito

grande e aqui a gente não usa argila de um mesmo lugar. (AGE 3).

Sistema S

Sobre a relação com o Sebrae, os entrevistados afirmaram que a instituição auxilia bastante, oferecendo capacitações e orientações não somente na área de gestão, mas também na de associativismo, tendo sido o maior catalisador da criação da associação de ceramistas da região: “Foi o João Teles [técnico da unidade do município de Propriá] quem nos orientou a formar a associação do Baixo São Francisco” (AGE 2).

Contudo, os ceramistas reclamam que o número de ações tem se reduzido nos últimos anos: “O Sebrae era mais participativo” (AGE 2). “No passado, o Sebrae dava cursos aqui, mas desde 2010, nada” (AGE 4).

De forma complementar, AGE 3 alega que os poucos cursos que ainda são realizados não têm o foco específico na atividade cerâmica, conforme explica: “Faz uns meses que eles não chamam mais para cursos, e quando chamam, os cursos não são específicos para cerâmica vermelha” (AGE 3).

Por último, AGE 1 avalia:

Olhe, o Sebrae está fraco. Agora no Encontro Nacional de Ceramistas tive certeza disso... Questionei a funcionária: O Sebrae no Brasil não é um só? Por que o daqui é diferente [do] de Maceió? Como é que em Maceió o Sebrae custeou 100% da viagem para o encontro nacional e aqui nada? Aí ela disse que não tinha recurso para cerâmica vermelha.

A participação em convenções regulares, feiras comerciais, é vista pelos estudiosos como uma forma importante de as empresas escanear seu entorno (BATHOLT; MALMBERG; MASKELL, 2004), terem acesso às novidades do setor, contatarem empresários de outras localidades para troca de informações, para articular novos meios de comercialização.

Sobre a interação com o Senai os empresários do Baixo São Francisco mencionaram que a não conclusão das ações tem prejudicado o relacionamento e gerado receio em participar de ações da instituição:

Existem algumas instituições que deixam as coisas pelo meio, não terminam. Infelizmente ocorre isso. A última agora foi a do PSQ

[Programa Setorial de Qualidade] do Senai. Eles justificaram dizendo que tiveram problemas com empresas contratadas. Então por que não resolve ou simplesmente deixa para lá, mas já é a segunda ou terceira vez que isso ocorre (AGE 4).

O entrevistado AGE 2 também mencionou o problema com o PSQ: “Eles estiveram em minha empresa uma única vez e nunca mais voltaram. Pagamos e até agora, nada” (AGE 2).

Outro respondente salientou a falta de comunicação entre a instituição e os empresários, tendo em vista que não foram informados de atividades de capacitação realizadas no município. O trecho mencionado a seguir sintetiza esse pensamento: “O Senai tem aquelas escolas-móveis, não é? Veio aqui para Propriá e a gente foi saber quando viu os carros. Quando procuramos saber, não tinha mais vaga. Quer dizer... Tinham cursos que eram de nosso interesse” (AGE 4).

Instituições financeiras

Para a maioria dos entrevistados, o acesso ao crédito é muito difícil. Os empresários reprovam a burocracia dos bancos para concessão de empréstimos/créditos. AGE 1 deu um exemplo disso:

Um banco até abriu uma linha de crédito, mas em dois anos não teve uma só indústria de cerâmica que conseguiu, porque o grau de dificuldade e a quantidade de documentos que eles pedem é tão grande que desestimula qualquer um. Eu estive lá e o funcionário disse que ia me passar um *check list*. Quando recebi, fiquei espantado. O *check list* parecia uma bíblia. (AGE 1).

O presidente da associação da região salientou que as garantias exigidas são muito altas: “Para um financiamento de 70 mil reais ‘eles’ estão pedindo uma garantia de 200 mil reais”.

Os depoimentos mostram que as empresas da região vêm enfrentando dificuldades para financiar a melhoria, a ampliação e a modernização de seus negócios, como comprova o trecho da entrevista com AGE 4: “Não temos acesso aos bancos, então negociamos diretamente com os fornecedores. Eles [...] dividem para gente pagar

em um ano, dois anos. Fica pesado, mas é a única forma que a gente achou para comprar”.

AGE 1 explica que uma indústria cerâmica requer investimentos altos:

Você não compra uma maromba nº 1 hoje com menos de 60 mil reais. Aí vem o restante... Um misturador, um desintegrador, dois laminadores, bomba de vácuo, cortador, forno com exaustor. A não ser que você comece com um sistema muito rudimentar. E o principal: área de secagem. Esse também é muito caro, porque tem que ter uma estrutura razoável para montar um galpão e ter condições de atender à produção e queima. Você não monta uma cerâmica hoje com menos de 500 mil reais. (AGE 1).

Estudos empíricos anteriores realizados em APLs (OLIVEIRA; CORDEIRO; ALVES, 2009; IACONO; NAGANO, 2010) constataram a inadequação dos mecanismos e instrumentos de financiamento para APLs.

Lima, Lima e Matta (2005) oferecem uma justificativa potencial quando afirmam que o perfil genérico das MPMEs, particularmente sujeito à assimetria de informações, torna a concessão de crédito a essas empresas, mais arriscada para os agentes financeiros, que acabam exigindo garantias e condições extremamente difíceis de serem cumpridas.

Associação/Sindicato

No tocante ao Instituto Pró-Cerâmica, um dos associados sugeriu: “Tem que pisar mais no chão e definir o que é prioridade. Eu sempre digo nas reuniões que não adianta querer resolver tudo de uma vez só. Eu acho que o resultado não é melhor exatamente por isso” (AGE 3).

A falta de proatividade diante dos problemas do setor e de reuniões periódicas são aspectos passíveis de melhoria no relacionamento com o sindicato:

O grande pecado do sindicato é resolver o problema quando acontece e não prever e providenciar a resolução. Outra coisa: nós [do Instituto Pró-Cerâmica – IPC] [nos] reunimos mensalmente. Nós temos uma agenda de

reuniões para o ano todo, coisa que não ocorre no Sindiccer. (AGE 4).

APL de confecções de Itabaianinha

Caracterização do APL

O APL de Confecções situa-se na região Sul do Estado de Sergipe, e está localizado no município de Itabaianinha, que possui população estimada em 41.686 habitantes (IBGE, 2016). Abriga, segundo a Associação da Confecção de Itabaianinha (ASK), cerca de 250 unidades produtivas, entre empresas formais, informais ou unidades domiciliares.

O APL tem uma produção especializada em peças do vestuário. Existem empresas fabricantes de moda íntima, feminina, masculina, infantil e moda praia/ginástica. As peças são comercializadas no município, em todo o Nordeste e também nas regiões Norte, Sul e Sudeste do país. Os produtos são vendidos a lojistas ou por meio de representantes.

A atividade de confecção surgiu no município em meados da década de 1990, a partir da implantação de um pólo de confecções ancorado por uma empresa de médio porte, a Grippon, que possuía uma rede de comercialização própria em São Paulo. Ao se instalar no município, a empresa estimulou a formação de oficinas de facção, estabelecendo as regras, definindo o produto e suas especificações para que as unidades ao seu redor se organizassem em função das demandas. A atividade se desenvolveu e permitiu, a posteriori, que as costureiras criassem suas oficinas e passassem a trabalhar de forma independente (SERGIPE, 2008).

O APL conta com o apoio de 12 (doze) instituições entre agentes financeiros, instituições de ensino e pesquisa, sistema S, IEL - vinculado à Federação das Indústrias do Estado de Sergipe - FIES, além de órgãos e secretarias do governo do estado.

O quadro 4 apresenta em detalhes as instituições presentes no APL de confecções de Itabaianinha e seus respectivos objetivos e formas de apoio.

Quadro 4: Instituições presentes no APL de confecções de Itabaianinha

Instituição	Funções/ Objetivos Gerais	Formas de Apoio
Banco do Nordeste (BNB)	Desenvolvimento/ Crédito.	Crédito, projetos de pesquisa e transferência de tecnologia, participação nos projetos.
Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	Satisfazer as necessidades de informações e serviços financeiro.	Financiamento através de linha de crédito.
Banco do Brasil (BB)	Impulsionar a economia e o desenvolvimento, atuando de forma responsável.	Linha de crédito, através do BB Giro APL.
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Capacitar, estimular e desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão relevantes à comunidade.	Ações de capacitação e desenvolvimento de projetos de pesquisas.
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Promover e consolidar a força empreendedora dos pequenos negócios.	Consultoria e assistência técnica.
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	Contribuir para o desenvolvimento industrial do Estado.	Capacitação, ações de desenvolvimento tecnológico, serviços de laboratório e consultorias.
Instituto Euvaldo Lodi (IEL)	Promover a capacitação empresarial e interação entre empresas e centros de conhecimento.	Capacitação e Consultoria.
Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe (CODISE)	Fomentar a geração de negócios.	Divulgação e análise de: Incentivos do PSDI, apoio técnico nos planos de ação, conscientização.
Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE)	Implementar programas e ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável.	Financiamento com investimento, crédito e assistência técnica e acesso de mercado.
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Sergipe (SEDETEC)	Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável de todos os territórios do Estado.	Elaborar os Planos de Desenvolvimento, articular e acompanhar as ações do Plano de Desenvolvimento do APL.
Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social de Sergipe (SETRAPIS)	Requalificação profissional e aproximação entre instituição e trabalhador	Qualificação profissional, comercialização dos produtos e intermediação financeira.
Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe (SEPLAN)	Contribuir no desenvolvimento sustentável do Estado	Agregação de valor aos produtos; e Capacitação em gestão.

Fonte: Hansen (2009)

Governo estadual

A intensidade do efeito da aglomeração está diretamente relacionada com o número, a qualidade e a relação entre as instituições de apoio (MCCANN; FOLTA, 2008).

No que diz respeito ao relacionamento com o governo estadual, AGE 1 declarou: “Agora eles estão avançando, mas não tinha parceria nenhuma com o governo. O governo tem força para ajudar mais...” (AGE 1). Dentre as ações do governo, os entrevistados destacaram a isenção de tributos estaduais para instalação das empresas e a concessão de galpões para instalação das indústrias. “O apoio que a gente tem do governo é esse galpão” (AGE 1).

A coordenação das ações de instituições realizada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec) e a realização de cursos por meio de contratação do Senai, contudo, não foram citadas. A Sedetec tem a missão de levantar as necessidades dos APLs a fim de criar agendas de políticas com ações que beneficiem o conjunto das empresas aglomeradas. Mais especificamente, a Secretaria coordena as ações das instituições nos APLs de modo a evitar a duplicação de ações e ações que não atendam à necessidade dos arranjos. Isso pode ser justificado pelo fato de o trabalho desenvolvido ser de articulação e de suporte às ações realizadas por instituições parceiras.

Governo municipal

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que não existe nenhum tipo de apoio da prefeitura com vistas ao desenvolvimento da atividade, o que é motivo de grande insatisfação na relação com a instituição. Em um trecho de sua entrevista, AGE 1 apresentou ações de melhoria da infraestrutura do município que, se realizadas, beneficiariam o conjunto das empresas: “Não existe nenhuma ação. A gente já solicitou à prefeitura que melhorasse a entrada da cidade, a infraestrutura de uma forma geral para chamar mais atenção para o polo de confecções, mas até agora, nada” (AGE 1).

Por sua vez, AGE 4 e AGE 5 enfatizaram que, apesar da importância econômica da atividade no município, a prefeitura não se mostra sensível às demandas dos empresários. “Não tem nada. Qual cidade que não queria ter um polo desse gerando emprego e renda para o município? Mas incentivo para a atividade não existe. Pode perguntar a qualquer um” (AGE 4). “Infelizmente a prefeitura não tem a visão de potencializar o que está dando certo e fazer parcerias. Não

promove uma feira, um evento, não dá apoio para fazer o setor crescer” (AGE 5).

Universidade

Os estudiosos defendem um novo papel para as universidades na economia do conhecimento contemporâneo. Já não meras educadoras, as universidades passaram a ser consideradas as novas “instituições-âncora” em qualquer economia local bem-sucedida (GERTLER, 2010). Além da oferta de novos conhecimentos para os negócios por meio de atividades de pesquisa acadêmica, as universidades também oferecem conhecimento sob a forma de mão de obra qualificada (REVILLA DIEZ, 2000). Embora participe formalmente do grupo de instituições que apoiam o APL, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) não desenvolve ações que beneficiem o conjunto das confecções. Todos os entrevistados afirmaram que não mantêm nenhum tipo de relação com a universidade. No entanto, o desejo de parceria é latente, como se nota na fala de AGE 1:

Não temos nenhuma relação com a universidade, mas seria bem interessante a parte de mão de obra, de consultoria. A cidade não dispõe de profissionais capacitados, principalmente na área de administração e engenharia da produção, que são as áreas mais delicadas da empresa. Eu vejo como muito importante a intervenção deles, porque a gente tem o conhecimento prático, da tentativa e erro, e muitas vezes tem uma técnica que a gente não conhece, um método que agilizaria o processo produtivo... (AGE 1).

Estes resultados alertam, do mesmo modo, para a ausência de intermediários que possibilitem ligações com fontes de conhecimento externas ao APL (BATHELT; MALMBERG; MASKELL, 2004) visando melhorar os recursos disponíveis e evitar a miopia das empresas (MALMBERG; MASKELL, 2006). Relações regionais intensivas envolvem o perigo de produção de “pontos cegos” em termos da insuficiente atenção às estratégias e competências dos concorrentes externos à região (POUDER; ST. JOHN, 1996).

Sistema S

Os agentes econômicos destacaram o bom relacionamento com as duas instituições e apontaram o Sebrae como a instituição mais atuante no APL. “A instituição mais presente aqui é o Sebrae. Não tem outra” (AGE 5).

Ao mesmo tempo, os agentes entrevistados mencionaram as ações do Sebrae e do Senai. Dentre as ações realizadas pelo Sebrae, os agentes enumeraram capacitações e consultorias na área de gestão, além da promoção de feiras. Outros respondentes salientaram o empréstimo de máquinas para as empresas e a realização de cursos pelo Senai, com o objetivo de conscientizar sobre a qualidade dos produtos. Embora nenhuma das duas instituições possua postos avançados no município, elas são bastante atuantes na região, segundo os empresários. Quando da realização de cursos, utilizam a infraestrutura da Associação de Confeccionistas de Itabaianinha (ASK).

AGE 1 fez uma colocação semelhante, mas acrescentou que as empresas locais necessitam de mais ações: “Nosso relacionamento é muito bom. Pelo menos uma vez a cada dois meses tem capacitação, e eu sempre mando o pessoal daqui fazer; se me interessa e ainda não fiz, eu vou também, mas precisaria ter mais, porque a gente precisa preparar o pessoal”. O presidente da associação AGI 1 complementou: “O Sebrae é um grande parceiro; traz palestras, cursos, mas que não são tão práticos”.

AGE 1 ainda explicitou o desejo de uma nova edição do projeto Promos, do Sebrae, que segundo seu ponto de vista foi realizado em um momento equivocado. Ele explica:

O projeto Promos era muito completo; tudo que a gente precisa hoje tinha naquele projeto. Só que na época [em] que ele veio não era a realidade de Itabaianinha, porque a maioria trabalhava para a Grippon [indústria que deu início à atividade de confecções no município, direcionando a produção de pequenas unidades produtivas informais conforme sua necessidade], ou seja, não tínhamos poder de decisão nenhum. Então o projeto não teve os resultados esperados. Eu desejaria que o projeto fosse retomado, porque os profissionais iam chegar aqui e iam falar a nossa língua, o que não acontecia na

época. Muitas planilhas que eu uso hoje [são] daquela época. (AGE 1).

O projeto Promos/Sebrae visava consolidar as cadeias produtivas, difundindo informações sobre mercados potenciais, incrementando a produtividade mediante a capacitação de trabalhadores e a transferência de tecnologia (SEBRAE, s.d.).

Instituições financeiras

Na formulação de políticas públicas de fomento aos APLs, a concessão de crédito tem sido uma questão crítica (LIMA; LIMA; MATTA, 2005). Sobre a relação com as instituições financeiras no APL, o presidente da ASK considera que poderia ser melhor. Sua fala deixa claro o motivo de descontentamento na relação: a dificuldade na obtenção do crédito:

Poderia melhorar... Eu já participei de 4 ou 5 reuniões que eles prometem, prometem, mas quando chega lá, esbarra na burocracia. Tinha que ter uma ponte que nos levasse mais facilmente a obter o crédito. Tinha que ter uma pessoa que ajudasse os empresários a ter acesso ao crédito. (AGI 1).

Sob o ponto de vista de AGE 1, “Os bancos têm uma linha boa, mas as burocracias... Você movimenta bem, mas tudo é limitado”.

Uma possível solução para a redução da assimetria de informação que aumenta as garantias exigidas pelas entidades financeiras seria a adoção de finanças de proximidade, que nascem dos contatos diretos e permanentes com os agentes produtivos (ABRAMOVAY, 2003). Ao praticarem finanças de proximidade, as instituições financeiras estão mais aptas a desenvolver produtos financeiros adequados às necessidades isoladas ou comuns de um grupo de empresas, já que, na medida em que há o desenvolvimento do capital social, configura-se uma tendência de redução da assimetria de informações e aumenta a condição de flexibilização das garantias e das exigências cadastrais (LIMA; LIMA; MATTA, 2005).

Associação de empresas

No que dizer respeito à relação com a associação das confecções de Itabaianinha, os agentes apresentaram demandas a serem trabalhadas prioritariamente pela associação (à época das

entrevistas, a associação tinha retomando suas atividades havia pouco mais de um ano). Os agentes afirmaram que a divulgação, criação de modelos com vistas a um *design* diferenciado (estilismo), melhoria da qualidade dos produtos e da produtividade das empresas deveriam ser prioridade na atuação da associação.

Sobre as ações realizadas pela associação em parceria com as instituições, AGE 1 destacou que, em virtude de as necessidades existentes serem as mais diversas, cada ação tem contribuído para a evolução da atividade no município. Em sua opinião, no entanto, deveriam ser desenvolvidas ações específicas para as oficinas (unidades informais), para as confecções (empresas formais), para as empresas que estão iniciando e para aquelas com mais tempo no mercado, tendo em vista as diferentes necessidades.

A exemplo do APL de Confecções de Nova Friburgo, estudado por Villela et al. (2004), as ações não apenas da associação, mas das instituições regionais, não devem restringir-se às empresas formalizadas. As unidades informais são as mais descapacitadas, de modo que se centrar nas formais em detrimento das informais pode comprometer o desenvolvimento do APL como um todo.

O quadro 5 apresenta o resumo das instituições analisadas, suas diferentes atividades de apoio, e os principais aspectos apontados pelos agentes econômicos em cada APL que poderiam melhorar o relacionamento com as instituições.

Quadro 5: Aspectos apontados nos casos

Instituição	Formas de apoio no APL	Aspectos apontados pelos agentes econômicos	
		APL de Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco	APL de Confecções de Itabaianinha
Governamentais			
Governo estadual	Provê infraestrutura que suporte o crescimento dos APLs	Maior investimento em ações	Aproximação maior com os empresários e investimento em infraestrutura
Governo municipal	Provê infraestrutura que suporte o crescimento dos APLs.	Necessidade de investimento em infraestrutura básica no distrito industrial de Propriá	Necessidade de investimento em infraestrutura para potencializar a atividade
Ensino e Pesquisa			
Universidade Federal de Sergipe	Ações de capacitação e desenvolvimento de projetos de pesquisas	Feedback para empresários informando o que necessita ser melhorado Redução na demora do	Interesse em aproximação com a instituição com fins de qualificação de mão de obra, consultoria.

		feedback para empresários	
Paraestatais			
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae	Consultoria e assistência técnica	Capacitações específicas para setor cerâmico Ações mais frequentes	Necessidade de mais capacitações mais práticas e consultorias
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai	Capacitação, ações de desenvolvimento tecnológico, serviços de laboratório e consultorias	Conclusão de ações iniciadas Melhoria na comunicação entre a instituição e os empresários	Nenhum aspecto de melhoria foi mencionado
Entidades Financeiras			
Banco do Nordeste	Crédito, projetos de pesquisa e transferência de tecnologia, participação nos projetos	Diminuição de exigências para concessão de crédito	Diminuição de exigências para concessão de crédito
Banco do Estado de Sergipe – Banese	Financiamento através de linha de crédito	Diminuição de exigências para concessão de crédito	Diminuição de exigências para concessão de crédito
Banco do Brasil	Linha de crédito através do BB Giro APL	Diminuição de exigências para concessão de crédito	Diminuição de exigências para concessão de crédito
Entidades Classistas			
ASK	Congregação das confecções do município de Itabaianinha e defesa de seus interesses	Não se aplica	Ações específicas para as unidades informais, para empresas formais que estão iniciando e para aquelas com mais tempo no mercado
Sindicer	Proteção e representação legal da indústria de cerâmicas e olarias, no sentido de promover o desenvolvimento da classe	Realização de reuniões periódicas Ser mais proativos na solução dos problemas da atividade	Não se aplica
Instituto Pró-Cerâmica	Defesa dos interesses das indústrias cerâmicas da região do Baixo São Francisco	Definir prioridades de atuação	Não se aplica

Fonte: Adaptado de Hansen et al. (2009)/Resultados da pesquisa

Conclusões

Com o objetivo de lançar luz sobre a relevância das instituições locais no desenvolvimento e fortalecimento das capacidades das empresas localizadas em APLs, o estudo analisou as relações entre empresas e instituições locais, sob o ponto de vista dos agentes econômicos dos APLs.

Os resultados obtidos por meio de entrevistas qualitativas em dois estudos de casos sugerem que a universidade, as entidades financeiras, as associações empresariais, o sistema S, os governos estadual e municipal estabelecem diferentes graus de interação com empresas dos APLs estudados. Especificamente, foram encontradas diferenças significativas entre os APLs em relação à universidade. No caso do APL de cerâmica vermelha, constatou-se a existência de um relacionamento próximo entre o conjunto de empresas e a universidade, onde esta opera como instituição líder no processo de inovação do arranjo, enquanto que no APL de Confecções o papel de destaque é do Sebrae. A instituição é a que possui o melhor relacionamento com as empresas, sendo, portanto, o ator central no desenvolvimento das capacidades das empresas e no estímulo à competitividade do APL. As associações empresariais mostraram-se atuantes nos dois APLs.

As relações com as entidades financeiras foram as mais problemáticas nos dois arranjos. Para que se possa reverter esse quadro, o capital social tem que ser estimulado e a governança, consolidada de forma a diluir o risco do crédito no universo do arranjo, no médio e longo prazos. Dessa maneira, os agentes financeiros de fomento poderão ampliar a efetividade de sua atuação junto às pequenas e médias empresas do APL oferecendo adequados mecanismos e instrumentos de financiamento (ARRUDA, 2004).

Entre as limitações desta pesquisa, pode-se mencionar a impossibilidade de generalizar os resultados obtidos para outros APLs. A amostra de dois APLs não é representativa da população mundial de aglomerações, nem o número de entrevistados por APL é representativo da totalidade de empresas existente no arranjo.

Os resultados do presente estudo sugerem um grande número de direções para futuras pesquisas. Estudar, por exemplo, o impacto de vínculos com instituições locais sobre a taxa de sobrevivência de empresas localizadas em APLs. Outro estudo pode ser realizado com foco na análise da função de intermediário (*gatekeeper*) que estas instituições podem ter dentro dos APLs, conectando empresas com redes externas ao APL que dão acesso a novas fontes de informação e conhecimento. Identificá-los, entender suas características *vis a vis* as de outras empresas do APL, além estudar o impacto das relações com *gatekeepers* nos resultados de inovação das empresas pode ser outra linha de investigação interessante.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. In: COSSÍO, M. B. (Org.). **Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil**. 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2003/Financas_de_proximidade.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- ANTONELLI, C. Collective knowledge communication and innovation: the evidence of technological districts. **Regional Studies**, v. 34, n. 6, p. 535-547, 2000.
- AMARAL FILHO, J. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate, painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- ARRUDA, M. **Acesso das micro e pequenas empresas ao crédito em arranjos produtivos locais**. São Paulo, 2004. Mimeo.
- BAUM, J. A. C.; OLIVER, C. Institutional linkages and organizational mortality. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 187-218, 1991.
- BATHELT, H.; MALMBERG, A.; MASKELL, P. Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation. **Progress in Human Geography**, v. 28, n.1, p. 31-56, 2004.
- BELL, M.; ALBU, M. Knowledge systems and technological dynamism in industrial clusters in developing countries. **World Development**, v. 27, n. 9, p. 1715-1734, 1999.
- BISHOP, K.; D'ESTE, P.; NEELY, A. Gaining from interactions with universities: multiple methods for nurturing absorptive capacity. **Research Policy**, v. 40, n. 1, p. 30-40, 2011.
- BOSCHMA, R.; TER WAL, A. L. J. Knowledge networks and innovative performance in an industrial district: the case of a footwear district in the south of Italy. **Industry & Innovation**, v. 14, n. 2, p. 177-199, 2007.
- CASSIOLATO J. E.; LASTRES, H. M. M. Micro, pequenas e médias empresas em arranjos produtivos no Brasil, México, Uruguai, Itália e Taiwan. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

COVIELLO, N. E. Integrating qualitative and quantitative techniques in network analysis. **Qualitative Market Research**, v. 8, n. 1, p. 39-60, 2005.

CRUZ, C. H. de B. A universidade, a empresa e a pesquisa que o país precisa. **Parcerias Estratégicas**, v. 1, n. 8, p. 5-30, mai. de 2000. Disponível em: <<http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/univ-empr-pesq-II.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CUNHA, J. A. C. Sobre arranjos produtivos locais e clusters. In: ENAPG. 12-14 nov. 2008. Salvador. **Anais eletrônicos...** 2008. Salvador: 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_sub_secao=411&cod_evento_edicao=41&cod_edicao_trabalho=9843>. Acesso em: 10 set. 2014.

DIEZ-VIAL, I. Geographical cluster and performance: the case of Iberian ham. **Food Policy**, v. 36, n. 4, p. 517-525, 2011.

EISENHARDT, K. M. Building theory from case. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

EISINGERICH, A. B.; BELL, S. J.; TRACEY, P. How can clusters sustain performance? The role of network strength, network openness, and environmental uncertainty. **Research Policy**, v. 39, n. 2, p. 239-253, 2010.

GARCEZ, C.; KAPLAN, E.; MAGALHÃES, W.; LEMOS, C.; LASTRES, H. M. M. Análise de políticas para arranjos produtivos locais no Brasil: uma introdução. In: CAMPOS, R. et al. (Org.). **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

GERTLER, M. S. Rules of the game: the place of institutions in regional economic change. **Regional Studies**, v. 44, n. 1, p. 1-15, 2010.

HANSEN, D. L. **Análise do balanço de pagamentos do estado de Sergipe e a importância dos APLs no fluxo de comércio**. NT 04 Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. RedeSist/IE/UFRJ/BNDES, 2009.

HANSEN, D. L.; MELO, R. O. L. de; MATOS, E. N.; LIMA, R. R. P.; OLIVEIRA, M. S.; JESUS, D. R. S. de **Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio a APLs Implementadas nos Estados**. NT 05 Projeto Análise do Mapeamento e

das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. RedeSist/IE/UFRJ/BNDES, 2009.

IACONO, A.; NAGANO, M. S. Cooperação, interação e aprendizagem no arranjo produtivo local de equipamentos e implementos agrícolas do Paraná. **Interações**, v. 11, n. 2, p. 171-185, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[http://](http://http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=280300)>
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=280300>>. Acesso em: 15 set 2016.

KARAEV, A.; KOH, S.; SZAMOSI, L. The cluster approach and SME competitiveness: a review. **Journal of Manufacturing Technology Management**, v. 18, n. 7, p. 818-835, 2007.

KHAN, S.; VANWYNSBERGHE, R. Cultivating the under-mined: cross-case analysis as knowledge mobilization. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, v. 9, n. 1, 2008.

KEEBLE, D.; LAWSON, C.; MOORE, B.; WILKINSON, F. Collective learning processes, networking and 'institutional thickness' in the Cambridge region. **Regional Studies**, v. 33, n. 4, p. 319-332, 1999.

KUKALIS, S. Agglomeration economies and firm performance: the case of industry clusters. **Journal of Management**, v. 36, n. 2, p. 453-481, 2010.

LIMA, A. M. de; LIMA, C. L. C.; MATTA, J. P. R. Finanças de proximidade: um modelo de financiamento para arranjos produtivos locais. p. 1-20, 2005. Disponível em: <[http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201111161718_Financas de proximidade - um modelo de financiamento para APLs.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/0906201111161718_Financas_de_proximidade_-_um_modelo_de_financiamento_para_APLs.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2014.

MCCANN, B. T.; FOLTA, T. B. Location matters: where we have been and where we might go in agglomeration research. **Journal of Management**, v. 34, n. 3, p. 532-565, 2008.

MCCANN, B. T.; FOLTA, T. B. Demand- and supply-side agglomerations: distinguishing between fundamentally different manifestations of geographic concentration. **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 3, p. 362-392, 2009.

MCEVILY, B.; ZAHEER, A. Bridging ties: a source of firm heterogeneity in competitive capabilities. **Strategic Management Journal**, v. 20, n. 12, p. 1133-1156, 1999.

MALMBERG, A.; MASKELL, P. Localized learning revisited. **Growth and Change**, v. 37, n. 1, p. 1-18, 2006.

MARSHALL, A. **Industry and trade**. London: Macmillan, 1920.

MARTINEZ-CHÁFER, L.; CAPÓ-VICEDO, J.; MOLINA-MORALES, F. X. **The role of local institutions in the transmission of information and knowledge in industrial districts: a social network analysis**. In: ERSA CONFERENCE PAPERS. Sept. 2011. European Regional Science Association, 2011.

MESQUITA, L. F. Starting over when the bickering never ends: Rebuilding aggregate trust among clustered firms through trust facilitators. **The Academy of Management Review**, v. 32, n. 1, p. 72-91, 2007.

MOLINA-MORALES, F. X.; MAS-VERDÚ, F. Intended ties with local institutions as factors in innovation: an application to Spanish manufacturing firms. **European Planning Studies**, v. 16, n. 6, p. 811-827, 2008.

MOLINA-MORALES, F. X.; LOPEZ-NAVARRO, M. A.; GUIA-JULVE, J. The role of local institutions as intermediary agents in the industrial district. **European Urban and Regional Studies**, v. 9, n. 4, p. 315-329, 2002.

MOLINA-MORALES, F. X.; MARTÍNEZ-FERNÁNDEZ, M. T. The impact of industrial district affiliation on firm value creation. **European Planning Studies**, v. 11, n. 2, p. 155-170, 2004.

MOUTINHO, L. M. G.; CAMPOS, R. A co-evolução de empresas e instituições em arranjos produtivos locais: políticas públicas e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 2, p. 244-258, 2007.

NARETTO, N.; BOTELHO, M. dos R.; MENDONÇA, M. A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 27, p. 61-115, jun./dez. 2004.

OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions. **The Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.

OLIVEIRA, P. T. de; CORDEIRO, R. de M.; ALVES, C. L. B. Cooperação e vínculos em arranjos produtivos locais: o caso do artesanato em madeira de Juazeiro do Norte-CE. **Vez & Voz**, v. 6, n. 2, 2009.

POUDER, R.; ST. JOHN, C. H. S. Hot spots and blind spots: geographical clusters of firms and innovation. **The Academy of Management Review**, v. 21, n. 4, p. 1192-1225, 1996.

REVILLA DIEZ, J. The importance of public research institutes in innovative networks – empirical results from the metropolitan innovation systems Barcelona, Stockholm and Vienna. **European Planning Studies**, v. 8, n. 4, p. 451-463, 2000.

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.

SCHMITZ, H. Global competition and local cooperation: success and failure in the Sinos Valley, Brazil. **World Development**, v. 27, n. 9, p. 1627-1650, 1999.

SEBRAE. **Arranjos produtivos locais: empresas mais competitivas e acesso a mercados**. 2011. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/arranjos-produtivos-locais-empresas-mais-competitivas-e-acesso-a-mercados/>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

SEBRAE. **Projeto Promos/Sebrae**. s.d. Disponível em: <<http://www.comunidade.sebrae.com.br/promos/>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

SEGATTO-MENDES, A. P. **Análise do processo de cooperação tecnológica universidade-empresa: um estudo exploratório**. 1996. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

SEGATTO-MENDES, A. P.; MENDES, N. Cooperação tecnológica universidade-empresa para eficiência energética: um estudo de caso. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p. 53-75, 2006.

SERGIPE. Secretaria do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e da Tecnologia e do Turismo. **Plano de Desenvolvimento do APL de Confecções e Artesanato de Bordado do Sul e Centro-Sul Sergipano**. Sergipe: SEDETEC, 2008.

SHAH, S. K.; CORLEY, K. G. Building better theory by bridging the quantitative–qualitative divide. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 8, p. 1821-1835, 2006.

SUZIGAN, W. et al. Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 31., 2003, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro, Bahia, 9 a 12 de Dezembro de 2003.

TER WAL, A. L. J.; BOSCHMA, R. A. Applying social network analysis in economic geography: framing some key analytic issues. **Annals of Regional Science**, v. 43, n. 3, p. 739–756, 2009.

VARGAS, M. A. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil**. 2002. 256f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

VILLELA, L. E.; FANDIÑO, A. M.; SEGRE, L. M.; NASCIMENTO R. P. O papel e o potencial das instituições na governança do arranjo produtivo local de confecções de moda íntima de Nova Friburgo/RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA. 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ENAPG, 2004.